



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VERDE

Despacho n.º 8487/2019


Mobilidade intercarreiras

Manuel de Oliveira Lopes, Vereador do Pelouro da Qualidade, Ordenamento e Gestão do Território, torna público:

Considerando que quando haja conveniência para o interesse público, designadamente quando a economia, a eficiência dos órgãos ou serviços o imponham, os trabalhadores podem ser sujeitos a mobilidade, podendo esta operar-se dentro do mesmo órgão ou serviço;

Considerando que a mobilidade que a mobilidade reveste as modalidades de mobilidade na categoria e mobilidade intercarreiras ou intercategorias, sendo que a mobilidade intercarreiras ou intercategorias pode operar-se para o exercício de funções não inerentes à categoria de que o trabalhador é titular e inerentes, nomeadamente, a carreira/categoria de grau de complexidade superior, dependendo para o efeito de habilitação adequada do trabalhador;

E, tendo em conta que de acordo com o Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2019, elaborado nos termos do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em Anexo à Lei 35/2014, de 20 de junho e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, aprovado em sessão ordinária da Assembleia Municipal de 14 de dezembro de 2018, em conformidade com a Proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião extraordinária de 26 de outubro de 2018, foi identificada, entre outras, a necessidade de recrutamento, através de mobilidade interna no órgão, na modalidade intercarreiras, de um posto de trabalho de técnico superior, no Serviço de Ação Cultural, Desportiva e Promoção Turística, da Divisão de Educação e Promoção Social;



Considerando a informação n.º 6321, de 23 de março de 2018, prestada pelo Chefe da Divisão de Educação e Promoção Social que, atenta a conveniência que da mobilidade intercarreiras advém para o interesse público, propõe a mobilidade da trabalhadora **Helena Maria Fernandes de Barros** para o posto de trabalho acima referido por deter a habilitação adequada, bem como o meu despacho de 29 de março de 2019, exarado na informação n.º 6604, da Divisão de Recursos Humanos(DRH), de 28 de março de 2019.

Considerando que o presente recrutamento se encontra previsto no mapa anual global consolidado de recrutamentos autorizados, publicado no Diário da República n.º 77, Série II, de 18 de abril de 2019.

Considerando, ainda, que a trabalhadora **Helena Maria Fernandes de Barros**, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, detentora da carreira/categoria de Assistente Técnica, é titular das habilitações literárias exigidas para o exercício de funções com de complexidade 3 (licenciatura), inerentes ao desempenho das funções correspondentes ao posto de trabalho de Técnico Superior, tendo a mesma manifestado interesse em ocupar o referido posto através de mobilidade interna na mobilidade intercarreiras, conforme informação da própria aposta em 03/04/2019 na informação n.º 6604 de 28/03/2019, da Divisão de Recursos Humanos.

Determino, no exercício da competência prevista na alínea a), do n.º 2, do artigo 35.º da Lei nº 75/2013, de 12/09, o seguinte:

1. Nos termos do artigo 92.º, dos n.ºs 3 e 4 do artigo 93.º e do artigo 94.º, todos da LTFP e reunidos que estão todos os requisitos e formalismos legais, determino que se opere a mobilidade intercarreiras, com efeitos a 1 de Maio de 2019, da assistente técnica, Helena Maria Fernandes de Barros, titular de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, do mapa de pessoal deste Município, afeta ao Serviço de Ação Cultural, Desportiva e Promoção Turística, para a carreira/categoria de técnico superior, no Serviço de Ação Cultural, Desportiva e Promoção Turística, da Divisão de Educação e Promoção Social;
2. Que de acordo com o n.º 3, do artigo 153.º da LTFP, a trabalhadora Helena Maria Fernandes de Barros passe a auferir pela 1.ª posição, nível remuneratório (NR) 11, da tabela remuneratória única (TRU) aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, correspondente à remuneração mensal de (euro) 995,51€.

3. Que a duração da mobilidade seja de 18 meses conforme dispõe o artigo 97.º do anexo à LTFP, sem prejuízo do disposto no artigo 99º – A da referida Lei;
4. Nos termos da informação prestada pela Divisão de Administração e Finanças, em 1 de abril do corrente, inserta na Informação da Divisão de Recursos Humanos n.º 6604, de 28 de março de 2019, o encargo encontra-se cabimentado e comprometido.
5. Determino, ainda, a publicação, por extrato, mediante afixação nos locais habituais e inserção na página eletrónica do Município conforme dispõe a alínea a) do nº 1 do artigo 5º da LTFP.

Vila Verde, 23 de abril de 2019.

O Vereador da Qualidade, Ordenamento e Gestão do Território,

(ao abrigo do Despacho n.º 17594, de 16.11.2017, publicitado através do edital n.º 87/2017)



- Manuel de Oliveira Lopes, Dr. -